



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DA BAHIA: ASPECTOS DA
SUA RIQUEZA CULTURAL

PATRICK MORAES SEPÚLVEDA

POR ENTRE FOTOS E NOMES: A CRIMINALIDADE NA PERSPECTIVA DOS
JORNAIS DE SALVADOR (1910-1915)

Salvador
2020

PATRICK MORAES SEPÚLVEDA

POR ENTRE FOTOS E NOMES: A CRIMINALIDADE NA PERSPECTIVA DOS
JORNAIS DE SALVADOR (1910-1915)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Programa de Pós Graduação Latu Senso da Universidade Católica do Salvador, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em História da Bahia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Conceição de Almeida Martins

Salvador
2020

**POR ENTRE FOTOS E NOMES: A CRIMINALIDADE NA PERSPECTIVA DOS
JORNAIS DE SALVADOR (1910-1915)**

Patrick Moraes Sepúlveda¹

RESUMO: O presente artigo busca compreender as perspectivas dos jornais sobre a criminalidade e como a difusão da notícia se preocupou em influenciar as relações sociais soteropolitanas, tendo em vista o mantimento da ordem social. Bem como apresentar as trajetórias dos grupos subalternos, as suas experiências e as reações diante das formas de controle, em um contexto de diversas transformações urbanas na Primeira República.

PALAVRAS-CHAVE: Criminalidade; Jornais; Salvador; Período republicano.

ABSTRACT: This article seeks to understand the newspapers' perspectives on crime and how the spread of the news was concerned with influencing Salvadoran social relations, with a view to maintaining social order. As well as presenting the trajectories of the subordinate groups, their experiences and the reactions to the forms of control, in a context of diverse urban transformations in the First Republic.

KEYWORDS: Crime; Journal; Salvador; Republican period.

¹ Patrick Moraes Sepúlveda é graduado em História pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), campus II. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3033077833450417>. E-mail: patrick0sepulveda@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

Após quase três décadas do advento da República, a cidade do Salvador estava bem diferente do seu aspecto primordial. As singelas casas coloniais, que antes simbolizavam a simplicidade dos antigos tempos, quando era comum as andanças dos mais diversos grupos populares pelo centro, já não tinham espaço no modelo de modernidade e progresso proposto pelas classes dominantes. Decerto tais projetos para uma sociedade mais moderna e civilizada não chegariam a ocorrer exclusivamente nas primeiras décadas do XX, no período imperial esses ideais já permeavam de maneira intensa no imaginário social (LEITE, 1996, p.36). O período republicano significaria não somente a mudança do modelo político, mas o fio de esperança em melhores oportunidades de desenvolvimento, contudo, à medida que os anos avançaram, gradualmente os sonhos de liberdade se dissipariam posto a amarga realidade de carestia e desemprego para a maioria da população.

Nesse cenário, o objetivo deste artigo é investigar como o crime surge nas páginas dos jornais, em um período de considerável aumento dos índices de criminalidade. Por uma questão estratégica dos mecanismos de controle, na maioria das vezes, esse perfil de predisposição ao crime foi atribuído aos subalternos. Os periódicos se encaixam nessa lógica social como um dos principais difusores das ideias modernistas e influenciadores de opinião. Mas como se configurou a relevância dos periódicos para a sociedade soteropolitana e quais suas orientações sócio-políticas? O que se compreendia através das notícias dos jornais como criminalidade? Como os indivíduos apontados como criminosos reagiam diante das formas de controle?

Esses questionamentos são importantes para compreendermos o funcionamento das formas de controle sociais, traçarmos os perfis de alguns indivíduos diante dessa sociedade e demonstrarmos que, com as suas experiências ao longo do processo histórico, foram se adaptando ou muitas vezes burlando um sistema social desigual que teria se mantido com novas práticas de dominação. Acredita-se que o aparato teórico da história social inglesa será imprescindível para o desenvolvimento desta pesquisa, visto as possibilidades que ela proporciona acerca da compreensão dos sujeitos e as suas reações diante dos grupos hegemônicos. Como bem apontou E.P Thompson no seu estudo sobre a venda de esposas na sociedade inglesa, nem sempre os segmentos populares reivindicarão o que desejam através de revoltas e motins, pelo contrário, são as articulações de natureza humana cujas ações

variadas são relevantes para a consolidação dos seus próprios objetivos que mais representam o seu papel ativo nas dinâmicas sociais, em que muitas vezes se fomentam na teatralidade (THOMPSON, 1998, p. 338-343).

Os jornais se encaixam na presente pesquisa como fontes essenciais para compreendermos o cotidiano da cidade e o seu funcionamento, pois é nele que encontramos a perspectiva central de um processo civilizatório, sob um discurso higiênico, em que a limpeza das ruas dos “maus elementos” ao mesmo tempo se misturava a questionamentos sobre a efetividade das medidas de controle, visto que mesmo com a sua existência os crimes continuavam em crescimento.

Portanto, o presente artigo busca, em um primeiro momento, compreender a estrutura e relações sociais e o seu funcionamento diante da modernização da cidade. A segunda fará uma breve discussão sobre os jornais e trará como exemplo de modelo dois jornais que circularam em Salvador, o jornal *Gazeta de Notícias* e o *A Notícia*, o objetivo é saber as suas características principais e qual a sua natureza em termos de apoio político. Enquanto a terceira e última parte, se concentrará em montar trajetórias de indivíduos considerados criminosos, bem como as suas estratégias de adaptação à suas próprias realidades.

OS TRAÇOS DA MODERNIZAÇÃO

Em meados do século XIX, a modernização dos centros urbanos era uma das pautas mais comentadas por parte de políticos, jornais e grupos dominantes em todo o país. Na busca por seguir o ritmo de outras grandes cidades do Brasil como São Paulo e Rio de Janeiro, Salvador iniciou gradualmente o seu próprio processo de modernização onde, aos poucos, foram implantadas normas de higiene que, segundo a medicina, minimizariam a deflagração de endemias e epidemias. No entanto, essas mudanças atingiriam diretamente relações sociais soteropolitanas, cuja higienização e a modernização das cidades se disfarçariam no espectro do projeto civilizatório da população que se consolidara nas primeiras décadas do século XX.

Influenciados por modelos europeus, o estilo de vida burguês estava mais que na “moda” ao nascer da Belle Époque, no qual antigos costumes dos segmentos populares já não se encaixariam no que era proposto pelos grupos dominantes. No setor da economia, a burguesia contou com o incentivo do governo através das medidas de revitalização para estabelecer um perfil comercial, aproveitando a característica portuária da cidade para estabelecer uma dinâmica concentrada no comércio (MATTA, 2004, p. 711-714). Para isso,

diversas mudanças foram desenvolvidas nos espaços urbanos como a implantação dos bondes, alargamento das ruas e a construção de imponentes edifícios quase que buscavam se harmonizar com os novos padrões de costumes criados para essa sociedade. Como podemos ver na imagem publicada na *Revista Bahia Illustrada* em 1918:

Figura 1: O distrito do Comércio em Salvador na segunda década do XX.



Fonte: Bahia Illustrada, anno II, ed.3, nov. de 1918. p. 6.

Na imagem, podemos perceber elementos importantes sobre essa dinâmica social, o primeiro consiste no alto fluxo de circulação de pessoas aos arredores do bairro do comércio, evidenciando o que mencionamos a pouco sobre a sua característica comercial, no qual percebemos a existência tanto do funcionamento físico da loja, quanto de ambulantes com mercadorias sobre a cabeça. Ora, o perfil dessa sociedade nas primeiras décadas do republicano pouco se encaixava aos padrões definidos de formalização do trabalho, na qual chegava a ser comum a adesão de muitos dos subalternos a subempregos. Aliás, quando não precisavam conviver com a infelicidade do desemprego. As condições de pobreza extrema, muitas vezes levava boa parte da população a buscar a sobrevivência através de ofícios com péssimas condições ou sem uma carga horária definida (CASTELLUCCI, 2004, p.45-48).

Devemos lembrar também que essa é uma sociedade altamente hierarquizada, onde o apoio no latifúndio fez com que os segmentos da burguesia agrocomercial possuíssem um poder quase que hegemônico, favorecendo-se não somente de melhores oportunidades de trabalho e qualidade de vida, mas também frente às decisões referentes ao aparelho político.

Em contrapartida, a grande maioria além de precisar se adaptar às péssimas condições de trabalho, fora as condições de desemprego e pobreza, como já mencionamos anteriormente, era relativamente comum que boa parte desses membros fossem impedidos de exercer o direito ao voto, afinal o analfabetismo foi também um elemento excludente constitucionalmente. Por fim, as camadas intermediárias que representavam uma pequena parte da população geral, tinham em sua maioria um poder de compra limitado, exercendo diversas atividades. Embora apoiassem as facções políticas que disputavam pelo poder, por vezes os grupos intermediários se uniam com outros segmentos populares em prol da reivindicação de melhores salários e o barateamento de gêneros alimentícios (SAMPAIO, 1998, p.39-41)

Ao compreendermos o funcionamento desta sociedade e retornarmos a imagem, percebemos que o segundo elemento e talvez o mais importante para desenvolvermos ao longo deste artigo é o da influência dos projetos dos grupos dominantes a serem aplicados no contexto popular. Quando analisamos as vestimentas utilizadas pelos indivíduos na fotografia, notamos que possivelmente um dos costumes alterados no pós-abolição foi a imposição acerca da utilização de ternos pela população. Se levarmos em consideração o processo de modernização carioca que, guardando as devidas proporções, muito se assemelha ao soteropolitano, lembramos da lei do uso de paletó para os seus cidadãos, de modo que quem não os usasse seria enquadrado e preso. Nesse sentido, o código penal é utilizado como um claro mecanismo de controle social (SEVCENKO, 1999, 32-33).

Apesar de não termos conhecimento de nenhuma lei extrema que obrigasse o uso de vestimentas formais na cidade do Salvador, mesmo assim muitas pessoas a utilizavam, o que nos leva a analisar a natureza dos padrões sociais pretendidos, que muitas vezes agiam indiretamente sobre as relações humanas dessa sociedade. Nesse sentido, a moral é um valor de grande preocupação social, que também estava interessada em questões relacionadas a prática do trabalho, ou seja, o uso de vestimentas formais remete a lógica da criação do imaginário sobre o sujeito de “bem”.

Vejamos o caso dos sírios Limoni, Habda e Assad, o trio andava pelas ruas da cidade com seus balaios nas mãos contendo o seu famoso “mondui torrado”. Segundo o jornal, os antigos comerciantes de “bugigangas” foram, como a maioria da população, os principais alvos da crise e carestia na cidade do Salvador, de fato causada pelos “impostos municipais, caros, extorsivos”. Dos inúmeros aspectos interessantes para análise sobre o caso, dois deles são os principais alvos da nossa atenção, o primeiro está relacionado a quanto alegaram que

chegavam a faturar. É dito que muitas vezes ganhavam entre “3 e 4 mil reis” diariamente, números expressivos que deixaram os repórteres embasbacados, chegando a um deles a pensar “em abandonar o jornalismo para vender mundubi”(A NOTÍCIA, 23.09.1914. p.1).

Figura 2: Ambulantes sírios Habda e Assad no jornal *A Notícia*.



Fonte: A Notícia, 23.09.1914, p.1.

Obviamente existem exageros na entrevista, acreditamos que tanto no relato dos sírios sobre o seu faturamento, quanto na reação de surpresa dos jornalistas. Ainda nessa entrevista, lembramos o quanto que os entrevistadores desdenharam do produto antes de tomarem conhecimento sobre a renda, chegando a duvidar sobre a sua qualidade, chamando-o de “porcaria”. Além disso, as primeiras impressões sobre os vendedores não eram nada agradáveis, pois logo o seu “typo mal vestido” chamou mais atenção do que propriamente o produto. Porém, os relatos comprovam como essa sociedade funcionava e a série de estigmas construídos acerca do progresso burguês, onde estar vinculado a prática do trabalho ou a utilização de vestimentas adequadas emergiu na realidade subalterna, no sentido de permitir uma circulação nas ruas, bem como afastar a possibilidade de confusão com criminosos.

Conforme se nota, as informações veiculadas nos jornais locais da época são carregadas de intencionalidade e juízo de valor. Com base nessa assertiva, aprofundaremos no tópico a seguir sobre tais fontes, ao passo que o enfoque específico se destinará a uma análise sobre os periódicos *Gazeta de Notícias: Sociedade Anonyma* e o *A Notícia*.

O JORNALISMO NA CIDADE DO SALVADOR

Os jornais por si só já são um espetáculo à parte quando se fala em uma metrópole como Salvador, com alto índice crescimento populacional e concomitantemente em processo de adesão às práticas modernas. Isso porque os periódicos são peças fundamentais no quebra-cabeças do cotidiano popular, afinal, além de serem uma possibilidade para o historiador compreender uma série de casos e atividades centrais relacionadas ao modo de vida urbano, é possível ainda conhecer personagens anônimos que também são ativos no processo de construção histórico. Ora, é por também estarem inseridos no contexto de transformação da cidade, com direta atuação sobre a implantação ideológica da civilidade e modernidade. Como bem pontua De Lucca (2008),

A aceleração do tempo e o confronto com os artefatos que compunham a modernidade (automóveis, bondes, eletricidade, cinemas, casas noturnas, fonógrafos, câmaras fotográficas), a difusão de novos hábitos, aspirações e valores, as demandas sociais, políticas e estéticas das diferentes camadas que circulam pelas cidades, os conflitos e esforços das elites políticas para impor sua visão de mundo e controlar as "classes perigosas", a constituição dos espaços públicos e os meandros que regiam seu usufruto e circulação, as intervenções em nome do sanitarismo e da higiene, a produção cultural e as renovações estéticas[...] (DE LUCA, 2008, p. 120)

Estamos certos de que o processo de difusão em massa da informação na cidade do Salvador, por parte da imprensa, foi amplamente influenciado por formas de controle de grupos dominantes. Isso porque as notícias da maioria dos jornais, por vezes, estavam ligadas a questões relacionadas aos próprios ideais políticos que acreditavam. Vez ou outra, a imprensa esclarecia a sua posição sobre diversas temáticas ocorridas no cotidiano e essa imparcialidade muitas vezes estavam acompanhadas de opiniões que transpareciam a favor ou contra determinados personagens políticos.

Seria impossível chegarmos ao principal objetivo do artigo, que é compreender como o crime surge nas páginas dos jornais, sem antes conhecer o seu funcionamento, o seu papel na difusão dos ideais nesta sociedade e até mesmo o seu apoio a figuras ou partidos ligados ao jogo político republicano. Inclusive, a polarização política² e a imparcialidade eram

² Os ânimos eram tão acirrados na política soteropolitana que certa vez em um comício na Praça Municipal foi disparado um tiro contra Medeiros Neto e Simões Filho, quando o primeiro se preparava para um discurso. No episódio, uma pessoa partidária de Ruy Barbosa morreu. Para mais informações, ver: BOAVENTURA, Edivaldo M. História da Imprensa na Bahia: Ernesto Filho e o centenário do A Tarde 1912-2012 **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 175 (464):255-266, jul./set. 2014. p.259

características muito comuns da imprensa local e pode ser vista de acordo com o apoio, quase que exposto a candidatos da oposição ou governadores no poder.

Compreender as tendências dos jornais não é uma tarefa simples, muito menos deve ser analisada de forma deliberada. Precisamos considerar que os veículos de imprensa não somente estão sendo influenciados por grupos de dominação, como também influenciam a população que consome a sua notícia. Portanto, a proposta será analisar brevemente dois jornais soteropolitanos: o *Gazeta de Notícias: Sociedade anonyma* e o *A Notícia*.

O *Gazeta de Notícias: Sociedade Anonyma* foi um periódico de circulação em Salvador e publicações diárias sobre diversas temáticas relacionadas ao cotidiano da cidade. Sob a direção de José Alves Requião, a partir de uma série de análises acerca das temáticas e orientações ideológicas presentes nos textos, pode-se constatar que apoiou as propostas do então governador J.J. Seabra, visto a narrativa enfática abordada para as medidas do grupo político no poder. Inclusive na primeira edição esclarece a sua posição semelhante aos segmentos dominantes do período. Segundo o jornal:

Acima de tudo será o nosso empenho, profundamente veraz, diligenciar pelo bom nome da Bahia, pelo seu crédito, pelos interesses solidarios do seu commercio e industria, pelo seu crescer, dentro da ordem legal, em profresso e civilização, pela sua fortuna e continuada paz, pelo seu engrandecimento em todos circulos da actividade huma, pela sua gloria. (GAZETA de Notícias, 19.07.1914, p.1)

Outro jornal de ampla circulação na cidade do Salvador no período republicano foi o *A Notícia*, que também a partir da sua primeira edição demonstram seus objetivos na difusão da informação. Sobre a sua localização, funcionava na Carlos Gomes e possuía o subtítulo “Nosso programma, nossa rota, nosso escopo”, era muito conhecido por suas charges e fotografias sobre eventos cotidianos da vida soteropolitana, e em uma das suas capas chegou a estampar os seus objetivos e compromissos com a informação, como fez o periódico analisado anteriormente. Para os seus editores:

Está tambem terminantemente prohibido o uso, com ou sem abuso, das seringas engrossativas, isto é, esse negocio de *conspicuo, egregio, illustre, preclaro, eminente e insigne* é comnosco, nós é que somos tudo isso e não admittimos concurrencia.

Ainda mais: não temos principios ou por outra, só temos um -o principio da publicidade. E assim de lapis e *kodaks* em punho, estaremos a todo instante, em toda a parte, a qualquer hora, sem distinguir os matizes politicos da chapa, com a vontade irreductivel e forte de nos tornarmos o coefficiente maximo de informações pela imprensa. (A NOTÍCIA, 19.07.1914, p.1)

Com a sua ironia característica, claramente o jornal busca fugir às formalidades propostas por outros meios de comunicação do período, na qual o sentido que tentava transparecer para o seu público era o de independência, ou seja, sem apoio a determinada facção política. Contudo, devemos considerar que o *A Notícia* foi a favor de pautas próprias a burguesia, que prezavam pela modernização e o progresso. As notícias sempre vinham acompanhadas de estigmas direcionados às camadas populares, como ainda veremos o seu teor identificado diversas vezes quando se posicionavam diante do aumento da criminalidade.

O caráter tradicional e conservador do governo explica muitos dos movimentos das autoridades – e entenda-se as esferas de maior participação quanto ao poder nesta sociedade – na perseguição contra a cultura popular, geralmente a que em maior grau destoava dos projetos dominantes. O Seabrismo, como era denominado o seu “teatro” político, na qual apoiadores podiam aderir caso fossem de acordo com o suas ideias, foi um fenômeno que buscou aderir a discursos muitas vezes de natureza moral e repressivo. Tanto que o governo do J.J Seabra se iniciou em 1912 em meio a grande tensão, resultando no bombardeio da cidade, mesmo assim, o candidato tinha apoio, o que o fez cumprir o seu mandato. Durante o seu mandato, a ideia de “higiene social” permeava não somente a sua proposta política, como foram as ações primordiais, onde identificava a característica arquitetônica da cidade como “símbolo do ‘atraso’ na Bahia” (SARMENTO, 2009, p.107).

Ao analisarmos o perfil dos jornais e quando dialogamos com as pesquisas históricas sobre o período, concluímos que não foi uma proposta estritamente arquitetônica. A população foi também alvo, principalmente os grupos os subalternos. Devemos lembrar também que esses discursos não eram uma exclusividade dos políticos ou dos partidos dessa natureza. São sim posturas muitas vezes que partem deles quando consideramos as suas ações e os seus diversos mecanismos para manter o controle, mas inicialmente abarcam de algum modo as suas experiências e os próprios interesses populares diante de condições que os favoreçam, vide o apoio da classe operária ao Seabra. Afinal, esses grupos diversificados como o são, também se cercam de suas próprias concepções sobre temáticas do seu contexto específico. Embora, devam considerar que os jornais se encarregam de construir determinadas perspectivas sobre os mais diversos agentes sociais, influenciando acerca da criação de conceitos sobre questões próprias ao período, ao mesmo tempo que se encaixa nos próprios padrões estabelecidos. O crime e a criminalidade se inserem nessas questões e o modo como são representados merecem a nossa atenção.

O CRIME NAS PÁGINAS DOS JORNAIS

Na madrugada do dia 19 de outubro de 1914, Manoel Fernandes e Innocencio, ambos empregados do coronel Adelino da Cruz Moreira, foram surpreendidos dentro da chácara localizada no distrito da Graça por homens armados e encapuzados. Os momentos de terror e violência resultaram na fuga de Innocencio clamando pela ajuda dos outros funcionários da propriedade, e o encontro de Manoel com um dos bandidos, caracterizado como “um typo negro”. O funcionário defendeu a propriedade e entrou em luta corporal com o algoz a sua frente, embora não tenha previsto que seria agarrado por “outro igual”, o que o fez ceder a uma clara desvantagem numérica. Certamente o planejamento dos criminosos não foi bem sucedido, afinal, não imaginavam o contratempo que atrasaria o objetivo principal e precisaram fugir pelos fundos da propriedade. Ensanguentado, devido aos ferimentos a faca e caído ao chão após resistir ao assalto, o empregado foi avistado e imediatamente recolhido ao Hospital Santa Izabel (A NOTÍCIA, 21.09.1914. p.1).

O caso violento explicitado no jornal, sugere agravamento dos crimes ao longo dos anos, à medida que a cidade também estava se modernizando continuamente. Identificamos estes aspectos a partir de como a fonte impõe a sua narrativa, quase como se o repórter quisesse apresentar ao seu público um romance policial, não obstante, ainda se faz uma alusão com a figura dos “Fantomas”³. Aqui, percebemos a literatura como uma forte tendência nesta sociedade. Esse elemento cultural herdado pelos europeus ainda no século XIX, foi também espaço para a difusão dos ideais de modernidade. Inclusive, Ian Watt (1957) na sua análise sobre a sociedade inglesa, já apontava para as influências do capitalismo nas produções de romance, na qual, na maioria das vezes era cercado de analogias ao novo modelo social, o modo de vida a ser seguido pela população ou o próprio individualismo característico deste sistema (WATT, 1957, p. 60-61).

É necessária atenção ao historiador a todos esses aspectos que levam a compreensão da sociedade, com o periódico não pode ser diferente, pois ele é também envolvido por experiências humanas, bem como cercado de inúmeros interesses particulares e coletivos. Nesse caso em específico, o viés da notícia não pode ser limitado apenas a perspectiva sensacionalista do jornal, empenhado apresentar uma história com tensões dignas de um

³ Personagem baseado em “tipos” criminosos criado por Marcell Allain e Pierre Souvestre para a categoria de literatura policial.

romance, mas a incertezas com os rumos da sociedade e o medo em como criminalidade avançava e tornava-se ainda mais confiante, a ponto de invadir uma propriedade de um homem de poder e em um distrito da Graça, que àquela altura estava em grande ascensão e abrigava grupos de maior status social.

Ao retornarmos as outras manchetes sobre o caso da invasão de propriedade de Adelino da Cruz Moreira e a agressão a Manoel Fernandes, percebemos que o caso não perde os seus tons de mistério, porque além do jornal ter acompanhado gradualmente o inquérito policial, ainda colheu informações sobre os sujeitos suspeitos do crime, mesmo que o seu desfecho tenha sido incerto. Isso porque o antigo carpinteiro da chácara, João Paulo dos Santos, tornou-se o principal alvo de suspeições e chegou a ser detido dois dias depois da primeira manchete publicada. A análise da perícia buscava confrontar as possíveis “dúvidas” deixada pelos homens detidos com as que foram recolhidas na cena do crime (A NOTÍCIA, 25.09.1914, p.2.).

À medida que as diligências avançavam, o caso toma forma para que se chegue a algum resultado, principalmente a partir de um simples objeto deixado para trás no ato de fuga dos criminosos no dia do crime. Era a navalha que possivelmente feriu Manoel Fernandes, objeto esse rapidamente associado por ele a um outro semelhante, na qual o carpinteiro pareceu tentar se livrar um mês antes ao oferecê-lo por “3\$000” (A NOTÍCIA, 28.09.1914, p.1). A situação estava ficando cada vez mais complicada para João Paulo, que negava veemente que aquele objeto era “de sua propriedade”, mesmo que tivesse cicatrizes semelhantes no seu polegar esquerdo “ás que foram encontradas ao fragmento da lamina da navalha” (Ibd.).

Apesar de tempo relativamente pequeno para investigação, visto a complexidade do crime e das relações interpessoais dos sujeitos envolvidos, ao fim do inquérito os policiais pareciam certos da participação do ex-funcionário da chácara no crime, afinal, rapidamente o status de suspeito do sujeito mudou para a afirmação que esse era um dos bandidos mascarados, o que conseqüentemente o levaria a julgamento pelo juiz da “3ª circunscrição” (A NOTÍCIA, 16.10.1914. p.1). Sobre a decisão no julgamento, pouco se sabe, pois os jornais parecem ter o ignorado completamente, o que nos leva a indagar sobre os interesses do jornal em acompanhar o caso até determinado momento.

O objetivo aqui não é definirmos se João é culpado das acusações, tampouco os motivos que o levaram a invadir a chácara da Graça. E sim como o crime e o criminoso aparecem nos jornais da cidade do Salvador, o teor dessas notícias e como elas criaram

simbolismos para o imaginário social. A certeza que temos é: o caso iniciou e foi finalizado repleto de mistérios. Afinal, o seu fim incerto não nos permite sequer fornecer qualquer definição sobre o destino do carpinteiro, se foi preso, por quanto tempo, se morreu dentro das insalubres prisões ou se cumpriu a sua pena e viveu uma vida normal após o ocorrido. O que fica de análise para o historiador -e são muitos aspectos a serem analisados- são as formas como os segmentos subalternos se adaptaram aos novos modelos definidos pelos grupos dominantes, sem necessariamente serem passivos ou fazerem a todo momento uso da violência, dialética possível e que muito justifica o mantimento de alguns costumes populares mesmo muito deles sendo criminalizados, como vamos ver ainda ao longo deste artigo, pois o “povo faz e refaz a sua própria cultura” (THOMPSON, 2010, p. 211).

O caso nos impulsiona a compreendermos mais a fundo os contextos de início da criação de estigmas relacionados a criminalidade, bem como entender os motivos de quase sempre esses “tipos” estarem associados aos segmentos populares nas primeiras décadas do século XX. Mas para isso, precisamos voltar às vésperas da abolição e consideramos seus efeitos, até porque o fim da escravidão finalizou um longo ciclo brasileiro na utilização de cativos, em sua maioria negros⁴ vindos de África, para atividades compulsórias.

No processo de transição da escravidão para a abolição, as classes dominantes buscaram novas formas de controle social, dentre elas, precisavam que os agora libertos se encaixassem na proposta de progresso. Para isso, como as autoridades já não podiam utilizar das repressões e punições, mecanismos característicos da escravidão, passaram utilizar o código penal para perseguir a ociosidade. Com a sua consolidação, agora sob validade legal, não demoraria para que se criassem signos contra as camadas subalternas e principalmente contra os negros, afinal, esses discursos se diluíram no imaginário social de forma intensa, inclusive a partir de discursos científicos⁵. E a ideia da suspeição generalizada tornava-se não

⁴ Devemos considerar a existência de indígenas ou os ditos “mestiços” como cativos até o fim da escravidão em 1888, embora em número bem menor, pelo fato da mão-de-obra ser majoritariamente africana. Segundo Schwartz, esse processo se deu gradualmente e pode ter sido por diversos fatores, que vão desde as resistências indígenas frente aos portugueses, até a questão da exposição africana ao trabalho ou as doenças europeias. Para compreender a transição da mão-de-obra escravista no Brasil, ver: SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 57-73

⁵ O cientificismo muito contribuiu para a transformação do imaginário popular, não apenas no âmbito do combate aos miasmas, mas principalmente em estudos sobre antropologia criminal. Os estudos inspirados no médico Cesare Lombroso ganharam considerável espaço na sociedade através do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, influenciando teóricos como Renato Kehl, defensor da eugenia, teoria que se sustentava na supremacia branca e inferioridade negra, desenvolvida pelo inglês Francis Galton e difundida no Brasil na segunda década do XX. Para compreender melhor sobre a Eugenia no Brasil, ver: GOES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. UNESP: Marília, 2015. (Dissertação de Mestrado)

só uma prática da polícia no mantimento da ordem, mas um argumento no combate à hábitos viciosos, onde os negros eram os seus suspeitos preferências (CHALHOUB, 1996, p. 21-24).

Na Bahia, essa a preocupação política com os libertos da abolição não foi diferente. Como bem aponta Walter Fraga (2014) em *Encruzilhadas da Liberdade*, os libertos tinham perspectivas bem diferentes sobre a liberdade. Muitos enxergaram na liberdade uma oportunidade para melhores condições de vida e utilizaram da sua experiência para tecer relações com outros libertos, a fim de se engajar e aprender ofícios urbanos, como aconteceu com os serviços de ganho. Embora devamos considerar que essa transição não tenha sido fácil, isso porque em muitos locais da Bahia, inclusive em Salvador, os mecanismos foram enérgicos para disciplinar a população para a prática do trabalho, como também nas iniciativas de fiscalização à diversos serviços. Um bom exemplo disto foram as campanhas desenvolvidas por autoridades e jornais contra os trabalhos autônomos, onde por vezes se incomodavam com os ambulantes nas ruas da cidade (FRAGA, 2014, p.325-332).

No intuito de conter a população considerada “perigosa”, convêm lembrar sobre os problemas estruturais relacionados ao contingente policial da cidade, onde o número de praças era não somente irrisório em relação ao crescimento populacional, e com ela o conseqüente aumento da criminalidade, mas também ineficaz para seguir seus objetivos, que eram a “coerção e vigilância dos limites da cidadania da população de cor” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 111). Obviamente, esse contingente aumentou com o período republicano, mas essas informações evidenciam primeiramente o despreparo do Estado frente às medidas de segurança, bem como o seu investimento quase que emergencial com as medidas de coerção dirigido a conter seletos grupos.

Os fatos ocorridos durante e após o processo de abolição tornam-se fundamentais para identificarmos quem são em sua grande maioria os indivíduos considerados criminosos nas primeiras décadas do século XX, mas ainda assim nos deparamos com a complexidade desses crimes, até porque nem sempre esses indivíduos eram capturados por envolvimento em assaltos e desordens, demonstrando uma diversidade quando se trata de tipos de crimes e motivações.

Muitas vezes as autoridades perseguiram grupos e práticas culturais específicas ligadas principalmente aos negros, como aconteceu com o curandeirismo. Principalmente durante a transição do Império para a República, antigos costumes populares passaram a ser gradualmente proibidos, tendo inclusive a partir do artigo 156 do código penal a permissão

legal para perseguição ao exercício de práticas de cura aos que não foram habilitados (SAMPAIO, 2014, p.43).

Quando se fala em curandeirismo certamente um dos casos de maior notoriedade foi o do Professor Faustino, popularmente conhecido como o “Dr. Bota-mão”. Isso porque o personagem estampou as capas dos jornais baianos e de outras localidades praticando tratamentos espirituais, em um período de extrema proibição as práticas de cura alternativas. A principal diferença do indivíduo é que, por ser “branco da alta sociedade”, fugia aos padrões raciais e sociais completamente estigmatizados e construídos sobre a figura do curandeiro, algo confundiu os médicos, afinal, diversas teorias científicas sobre os africanos, a cultura e costumes estavam sendo importados da Europa (ROCHA, 2015, p.35).

O caso de Faustino tornou-se muito popular não apenas pelos júris, em sua maioria noticiados pelos jornais, que precisou enfrentar na sua estadia em Salvador, mas pelo fato de ir de encontro a uma medida que foi imposta a toda a população. O indivíduo soube sabiamente utilizar a lei a seu favor, tanto é que não chegou a ficar preso na Bahia. Algo que certamente conseguiu inspirar outros curandeiros soteropolitanos no mantimento a práticas de cura, mesmo que conscientes da ilegalidade, muitas vezes exercessem em anonimato.

Em uma vertente muito semelhante, a ciência médica no período também atribuiu a população negra a exclusividade do consumo maconha, que passou a ser vista como um dos elementos de impedimento ao progresso. Em uma tese da Faculdade de Medicina, defendida pelo Dr. Doria e intitulada *Os fumadores de maconha*, no ano de 1915, foi sugerida a proibição da maconha na Bahia, pois segundo o médico a erva modificaria os estados de sobriedade da população, assim como o álcool. Porém, é válido lembrarmos que essa proibição sugerida foi diretamente ligada a questão racial, como em outras medidas autoritárias citadas neste artigo, onde com o artifício da força se repreendiam seletivamente negros e mestiços (SOUZA, 2012, p.23-25).

Os mecanismos das autoridades aliado a rigidez, quase sempre direcionada aos subalternos, também corroboraram para o desaparecimento desses indivíduos. Porque em sua concepção, para que projeto modernista funcionasse, o mais indicado como “solução” seria prática da reclusão, e Salvador possuía nesse período diversas instituições para essa finalidade, desde asilos até casas de correção com trabalho. O modelo era atrativo para o Estado, não no seu sentido de necessidade de reforma e tratamento humanitário, que aliás pouco caracterizam as condições reais dos reclusos nesse tipo de instituição, mas porque

forneceria uma ideia de segurança às classes dominantes e isso estava intimamente ligado às aspirações modernistas (AGUIRRE, 2017, 45-49).

Embora a repressão fosse uma marca das autoridades no período, precisamos lembrar que nem sempre a população esteve apática diante das medidas das classes dominantes. Mesmo que não seja considerado como um criminoso propriamente dito, o caso de Mario de Oliveira Carvalho, vulgo “Pé de Gallo” ou “Rabo aberto”, demonstra a atuação dos subalternos no contexto da cidade do Salvador e como os “tipos” surgiam – e sumiam com a mesma facilidade- nas páginas do jornais. O nosso personagem nos revela os manejos de alguns indivíduos para fugir das novas normas sociais excludentes, talvez até sobreviver a padrões de uma sociedade com melhores oportunidades limitadas às classes dominantes.

Segundo o jornal, que àquela altura se incomodava com o elevado número de pedintes nas ruas, o indivíduo não apenas dedicava parte do seu tempo para conseguir esmolas, mas também utilizava de uma estratégia um tanto quanto peculiar: se fingia de “aleijado”. Mesmo com o seu jeito particular de conseguir algum dinheiro, o jovem parecia não ver outra alternativa a não ser tentar se engajar em outro ofício nas horas vagas, portanto, escolheu trabalhar vendendo jornais. Quando foi flagrado por um dos repórteres ainda rendeu um diálogo no mínimo debochado:

“- Vendendo gazeta, agora? -perguntamos-lhe.
 - Sim, meu tio.
 - Já ficou bom?
 - E eu nunca fui doente, meu tio?
 - Você não pedia esmolas... não era aleijado?
 A esta pergunta, Pé de Gallo atirou-nos á cara uma gargalhada achincalhadora, retorquindo:
 - Eu só sou aleijado quando quero, meu tio.” (A NOTÍCIA, 21.10.1914. p.1)

A sua reação diante da situação foi ainda mais icônica, pois após receber “um nickel” para fingir novamente ser um deficiente, percebeu a intenção do repórter em tirar a fotografia e ainda “jogou para um lado a improvisada bolsa”. O resultado do breve diálogo lhe rendeu uma matéria e uma foto na primeira página do jornal *A Notícia*, publicada no dia 30 de outubro de 1915:

Figura 3: *Pé de Gallo* pausa para foto do jornal *A Notícia*.



Fonte: A notícia, 21.10.1914. p.1

Além da sua posição confiante no diálogo e o bom humor na fotografia, o jovem nos leva a pensar sobre a sagacidade quase que orgânica dos indivíduos diante do seu próprio espaço de convivência, afinal, a sua escolha não me parece ser ao acaso. Pelo contrário, provavelmente *Pé de Gallo* percebeu logo cedo sobre a importância do trabalho nesta sociedade, e de acordo com a sua própria experiência pessoal ou mediante à relatos de outras pessoas que conviviam a sua volta, o modo mais eficaz de conseguir esmolas da população local, sem ser confundido com um ladrão ou agredido e recolhido pelas autoridades à alguma instituição, seria simulando algum tipo de deficiência.

Na verdade, quem parece não ter gostado nada do que descobriu foi o repórter do *A Notícia*, pela natureza dos seus questionamentos sobre a efetividade da modernização da cidade e a descrença na mudança dos “costumes e vícios” da população. Revolta que certamente aumentou cerca de uma semana após o desmascararem, isso porque o jovem conseguiu, após muitas “lamurias”, tornar-se jornalista do *A Notícia*, mesmo com a matéria negativa sobre o seu caráter. A sua primeira semana rendeu-lhe até elogios sobre a sua pontualidade em relação as vendas, que retornavam “sem faltar um vintém”, porém, não demorara para que *Pé de Gallo* sumisse com os “75 números” levados por ele, impossibilitando-o de “prestar contas” ao jornal (*A NOTÍCIA*, 30.10.1914. p.1).

Os motivos pela qual o nosso personagem não retornou para prestar contas e o resultado dessa história são ainda grandes mistérios, isso porque Mario não apareceu nas edições subsequentes do periódico, o que dificulta o desenvolvimento de qualquer afirmação sobre o caso. É importante lembrar que era comum o surgimento destes sujeitos nos

periódicos, embora desapareçam como “vultos” na mesma rapidez, seja devido ao teor das notícias, quase sempre enviesada a combater costumes que atrapalhariam o progresso desta sociedade ou do modo estigmatizado como são apresentados.

A certeza que podemos ter é que esses indivíduos, sejam em participação nos periódicos ou não, também fazem das tramas sociais desta cidade, adaptando-se de acordo com as suas próprias necessidades. Nem sempre moralmente aceitáveis perante o funcionamento da sociedade, mas muitas vezes justificadas pelas condições desfavoráveis que viviam. Os fios que costuram as suas histórias de vida, muitas vezes presentes nas suas andanças indesejadas por uma Salvador em busca de desenvolvimento, permitem que construamos trajetórias enriquecedoras para a compreensão não somente sobre os sujeitos, mas sobre as suas reações frente as limitações de práticas socioculturais arraigadas ao seu próprio cotidiano. Marcas de uma “Belle Époque” com diversos mecanismos para o mantimento da antiga ordem social, cercada de desigualdades e com pouca expectativa de proporcionar melhores condições à população local.

CONCLUSÃO

O período republicano trouxe certamente diversas mudanças para o cotidiano da população soteropolitana. Como vimos, não somente relacionados a aspectos de revitalização das ruas e edifícios, mas na produção da concepção de que tudo voltado para o estilo europeu seria mais evoluído. Logicamente essa não é uma ideia homogênea. Podemos perceber a partir das fontes que os grupos subalternos tinham concepções muito diferentes, de fato necessitaram se adaptar à nova realidade da cidade, mas não se entregaram facilmente a ela. Os personagens analisados, por exemplo, comprovam a utilização de formas diversas para driblar um sistema desigual, seja com os manejos característicos de um malandro, como aconteceu no caso do *Pé de Gallo* ou com a invasão à propriedade de Adelino Moreira.

Nesse sentido, após quase trinta anos da abolição, ainda podíamos identificar considerável resistência dos grupos dominantes a tudo que lembrasse o “velho” modo de vida na cidade, por meio principalmente dos veículos de imprensa. Contudo, esses mesmos grupos hegemônicos que defenderam pautas relacionadas as mudanças, não renunciaram aos antigos privilégios adquiridos nos tempos de escravidão. Em uma realidade oposta, a população liberta que chegou a vislumbrar consideráveis mudanças na estrutura social com o processo de transição política, precisou resistir, a seu modo, a um amplo cenário de crises políticas,

econômicas, a violência das práticas e mecanismos de repressão do Estado, carestias e condições desfavoráveis de vida.

O aumento do índice de criminalidade está ligado também às poucas alternativas de trabalho e às más condições de vida, embora considere que esses sejam grupos muito mais complexos do que a perspectiva simplista presente nos periódicos. É necessário estudos muito mais aprofundados sobre esses grupos, as suas motivações e o que essa sociedade considera por crime. Um exemplo que julgamos importante, mas que não pôde estar neste artigo por motivos óbvios de aprofundamento é o das mulheres. Muitas delas exerceram papéis primordiais quando falamos de criminalidade, sejam sendo causadoras das desordens ou no envolvimento com bandidos, constituindo um campo possível de pesquisa.

A história dos marginalizados torna-se um campo amplo, onde é necessário considerar a sua existência e o seu envolvimento direto com o cotidiano. Afinal, muitas vezes eles geraram desconfortos, dúvidas e receio sobre a efetividade do progresso, cuja suas ações iam de encontro ao modelo desejável de ordem. Compreender a reação dos grupos marginalizados é considerar a existência de individualidades na sociedade, sendo o crime e o criminoso produtos do próprio sistema de dominação. Ao excluirmos esses indivíduos de estudos sobre a sociedade soteropolitana, estamos também relegando a existência de experiências e as possibilidades de agência no processo histórico.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, Carlos. Cárcere e sociedade na América Latina (1800-1940). IN: Maia, Clarissa Nunes, et.al (orgs.). **História das Prisões no Brasil**, vol. 1. 1º ed. Rio de Janeiro: Anfitreato, 2017.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. **O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo M. História da Imprensa na Bahia: Ernesto Filho e o centenário do A Tarde 1912-2012 **Revista IHGB**, Rio de Janeiro, a. 175 (464):255-266, jul./set. 2014. p.259. Disponível em: <<https://drive.google.com/open?id=0B52TfDygHoA1NFRWUW5LeGJHd1E>>.

CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. **Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)**. Salvador: Fieb, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**: São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2° ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FRAGA, Walter. **Encruzilhadas da liberdade**: Histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910). 2° ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GOES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. UNESP: Marília, 2015. (Dissertação de Mestrado)

LEITE, Rinaldo César. **E a Bahia Civiliza-se**: Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em contexto de modernização urbana, Salvador, 1912-1916. Salvador: UFBA, 1996.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **A Baía de Todos os Santos e modernidade (1896-1900)**. V Congresso de História da Bahia. UCSAL, Salvador, 2004.

MATTOSO, Kátia. A Opulência na província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **História da vida privada no Brasil 2**: Império. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

ROCHA, Rafael Rosa da. **Professor Faustino, o “Doutor Bota-mão”**: um curandeiro na Bahia do limiar do século XX. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2015. (Dissertação de Mestrado)

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**: uma política de acomodação. Salvador: EDUFBA, 1998.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “curandeiros e charlatães”: reflexos sobre medicina, crença e cura na primeira década republicana. **Caicó**, v. 15, n. 34, p. 37-53, jan./jun. 2014. Dossiê Religiões Afro-brasileiras.

SARMENTO, Sílvia Noronha. **A raposa e a águia**: J.J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. Salvador: UFBA, 2009. (Dissertação de Mestrado)

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão**: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SOUZA, Jorge Emanuel Luz de. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano**: uma história da criminalização da maconha no Brasil republicano. Salvador: UFBA, 2012. (Dissertação de Mestrado)

THOMPSON, E.P. A venda de esposas. IN: **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. Modos de dominação e revoluções na Inglaterra. IN: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi e SILVA, Sergio (organizadores). 3 reimpressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

WATT, Ian. **The rise of the novel**. California: University of California Press, 1957.